



Número especial do Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (ECOECO)

Maria Amélia Rodrigues da Silva Enríquez y
Paulo Gonzaga Mibielli de Carvalho
Editores Convidados

Introdução

A Sociedade Brasileira de Economia Ecológica (ECOECO) se sente honrada em integrar a Rede Ibero-Americana de Economia Ecológica e a oportunidade de publicar na REVIBEC alguns dos trabalhos apresentados no seu VII Encontro Nacional, realizado em Fortaleza (Ceará), em Novembro de 2007, representa uma oportunidade ímpar de reforço à essa parceria.

Neste número especial apresentamos cinco trabalhos que enfocam diferentes aspectos do uso econômico dos recursos naturais e dos serviços ambientais a eles associados no Brasil, com uma abordagem predominantemente empírica.

O artigo de Reymão & Abe Saber aborda a relação entre o acesso à água tratada e a insuficiência de renda no Nordeste brasileiro sob a ótica dos objetivos de desenvolvimento do milênio. A pobreza ecológica e o acesso aos recursos naturais são analisados a partir de pesquisa empírica e com base em dados oficiais. O estudo objetivou dimensionar um dos aspectos da incidência da pobreza atribuída a causas ambientais – pobreza ecológica –, buscando articular as dimensões ecológica e social do desenvolvimento sustentável. Para tanto, estabeleceu-se a magnitude da relação entre renda e acesso à água tratada na região Nordeste. Os modelos estimados e a análise de dados revelam faces importantes dos determinantes do acesso à água no país e na região. Por um lado, o papel da renda enquanto variável

explicativa desse acesso é inferior ao da educação e a situação domiciliar. Os β e as razões de chances estimadas para 1992 e 2005 no país e na região Nordeste revelam um enorme peso para o efeito urbanização. Por outro lado, viu-se que o reduzido acesso à água não pode ser necessariamente creditado à escassez, mas aos elevados índices de perda dos sistemas de distribuição, indicando graves problemas de gestão dos recursos hídricos.

O artigo de Saporta & Young trata do uso de créditos de carbono como alternativa financeira para viabilizar o reflorestamento de regiões de especial interesse ecológico quer pela riqueza de sua biodiversidade ou por ser habitat de espécies em extinção. Dessa forma, fazendeiros podem ser incentivados a reflorestar suas propriedades com espécies nativas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável de suas regiões. As externalidades positivas do reflorestamento de matas nativas excedem o sequestro de carbono, pois geram benefícios para a qualidade do solo e do ar, além de melhorar a situação das bacias hidrográficas onde estão inseridas as fazendas e contribuir para a preservação da biodiversidade. A partir de estudo de caso os autores verificam que os gastos com implementação do projeto surgem antes das receitas com crédito de carbono e dada a atual taxa de desconto adotada no país, dificilmente um projeto desse escopo seria capaz de se financiar completamente. Para os autores, apesar dos obstáculos esse tipo de projeto é de mais fácil realização em áreas degradadas que em áreas ainda produtivas.

O artigo de Barcellos et al. é de autoria de técnicos do IBGE, que é o órgão brasileiro responsável pelas estatísticas oficiais do país. Neste trabalho os autores mostram que incentivados pelo II PND o crescimento industrial brasileiro, a partir de meados dos anos 1970, foi assentado em setores intensivos em recursos naturais e consumo de energia, em detrimento da participação de indústrias intensivas em trabalho e de atividades tecnológicas complexas. Essas transformações, tornando o setor de bens



intermediários dominante na estrutura industrial do país, implicaram em consideráveis mudanças tanto de ordem espacial quanto na relação com o meio ambiente, potencializando o uso de recursos naturais e energia e ampliando a participação de indústrias de maior potencial poluidor. A partir de resultados obtidos na Pesquisa Industrial Anual (PIA), do IBGE, sobre gastos da indústria com investimentos em controle ambiental, o estudo identificou os setores que em 1997 e 2002 mais investiram em proteção ambiental. Os resultados mostram que, nesse período, aumentou de forma significativa o número de empresas que realizaram investimento ambiental e o valor investido. O trabalho mostra ainda que em ambos os anos há uma alta concentração do investimento em controle ambiental pelo setor que mais pode ter contribuído para a degradação do meio ambiente.

O artigo de Enríquez trata dos impactos ambientais da atividade de mineração nos municípios do país a partir de levantamentos em 15 grandes municípios mineradores, de oito estados brasileiros (Amapá, Bahia, Goiás, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Santa Catarina e Sergipe). Com base em uma série de indicadores secundários, a autora comparou a trajetória ambiental dos municípios mineradores com os seus entornos não-mineradores. Os resultados demonstram que os municípios de base mineradora apresentam sistemas de proteção ambiental, uma vez que a dimensão ecológica está razoavelmente institucionalizada em torno de marcos regulatórios e órgãos especialmente voltados para o trato da questão ambiental. No entanto, os padrões não são homogêneos, eles apresentam fortes vieses regionais: as minas recentes da região Norte são pró-ativas, o contrário do que ocorre com minas antigas da região Sudeste. Outro aspecto relevante é que apesar da importância dos marcos legais, no Brasil, parece que o direcionamento ao mercado exportador é o fator de pressão muito mais efetivo para uma mineração menos agressiva ambientalmente.

O artigo de Carvalho et al. procura explicar, por intermédio de modelagem estatística, o que leva os municípios do Semi-Árido nordestino, da região Nordeste e do Brasil, nos termos do modelo Pressão - Estado - Resposta (PER), a adotarem políticas ambientais reativas. As variáveis utilizadas para construir o modelo PER foram selecionadas entre as constantes do Suplemento de Meio Ambiente da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), do IBGE, de 2002 e também do questionário de gestão da MUNIC 2002 e do IDH – municipal. Foram também consideradas variáveis relativas às características gerais do município, como faixa de tamanho de população e localização em grande região ou região metropolitana. Os resultados mostram que em todos os recortes pesquisados, as variáveis de maior peso para explicar as políticas ambientais reativas são as estruturais, apesar da maioria das variáveis, estatisticamente significativas, serem as de gestão pública. A variável relativa ao partido político do prefeito também se mostrou estatisticamente significativa, mas apenas da região do Semi-Árido.

Com votos de uma excelente leitura!

Os Editores

Brasil, Outubro 2009